

A Desconstrução de um Mito Chamado Brasil

*Pedro Cláudio Cunha Bocayuva**

* Diretor da FASE



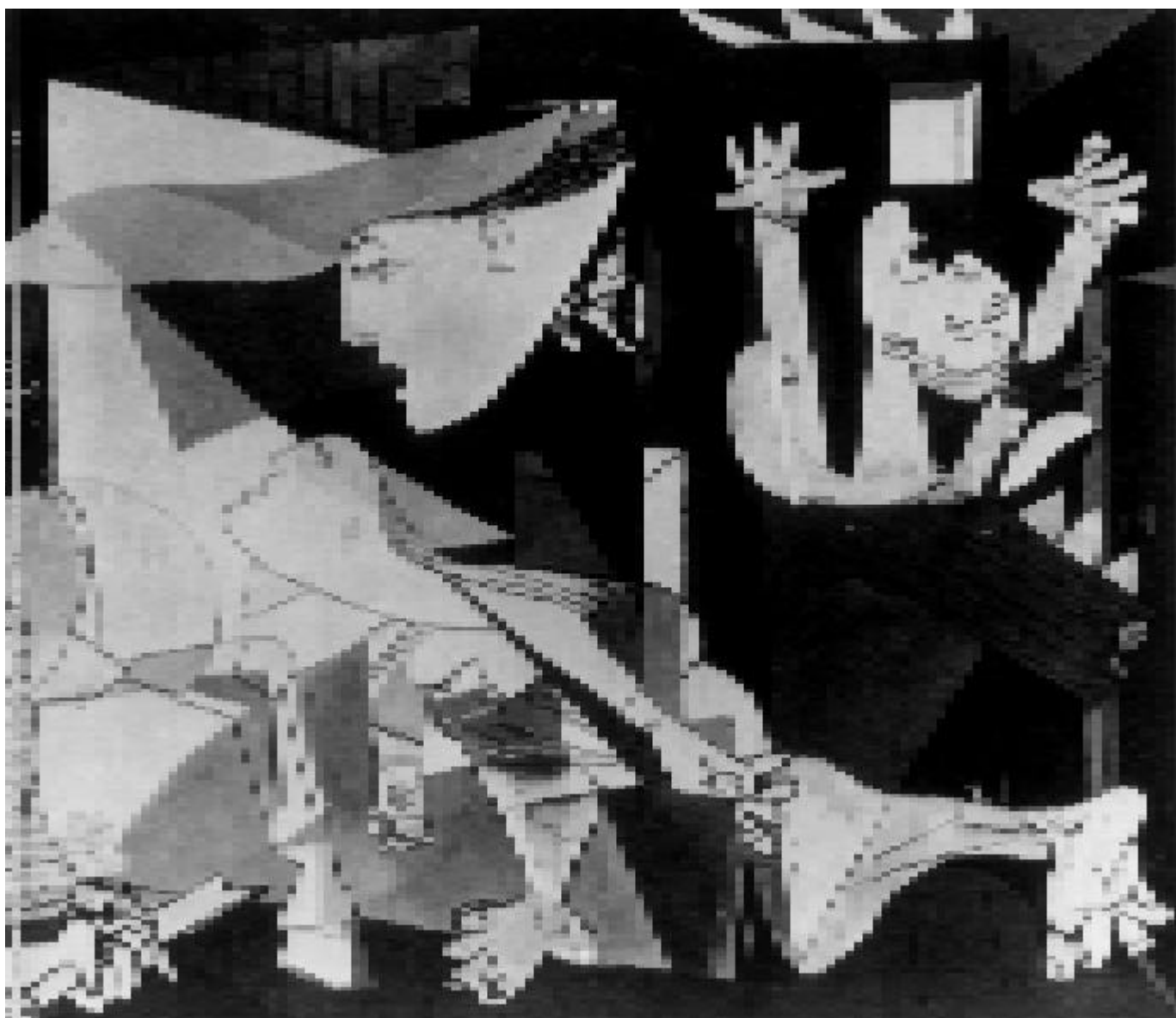
Modificação da Dinâmica Espaço-Tempo do Capital

A modificação no tratamento da questão nacional tem sido o pano de fundo de uma luta surda em torno das condições de barganha das periferias no mundo globalizado. Se uma parte da economia-mundo globalizada se encontra articulada *on line* pela lógica da compressão espaço-tempo do modo informacional flexível de ordenamento do regime de acumulação, uma enorme parcela da economia mundial se encontra articulada em redes e andares inferiores¹. O espaço nacional, como dimensão

política e condição organizacional e técnico-econômica do modo de produção, aparece como realidade paradoxal. Processos de integração regional de escala continental, redes mundializadas de empresas, fluxos financeiros e tecnológicos globais se fazem acompanhar por crises cambiais e conflitos geopolíticos que fazem parte da crise dos antigos modos de desenvolvimento².

¹ ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp/Contraponto, 1996.

² CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*, vol 1. Oxford: Blackwell Publishers ltd, 1998.





A hierarquia e o dinamismo da ordem internacional foram rompidos e os elos débeis da cadeia da nova economia global, e da sociedade informacional, são comandados por redes, que compensam sua luta competitiva interna sob a forma de uma liquidez internacional que flui e reflui especulativamente dos centros para as periferias. As velhas instituições da economia internacional tornam-se instrumentos de regulação das crises periféricas, aprofundando a perda de autonomia relativa dos países não-centrais. Quando os países batem às portas do FMI e do BIRD, ampliam-se as preocupações com o futuro dessas nações. As recessões e políticas de geração de superávites fiscais só rivalizam em termos de efeitos catastróficos com os cenários hiperinflacionários. Morte súbita ou no leito de Procusto, os espaços de manobra diminuem diante dos esforços de parametrizar nosso futuro através de bandas e oscilações do carnaval dos índices.

No caso dos países do socialismo real o desgaste político e a incapacidade de avanço material foi uma razão para modificar o modelo na direção do Ocidente, ou seja, o colapso foi determinante. No caso das periferias e semi-periferias da Ásia e da América Latina, os efeitos das relações financeirizadas e da abertura econômica recriam as condições que determinam uma espécie de nova dependência. Na Ásia, o efeito é não menos catastrófico, porém o dirigismo estatal ainda refreia

e filtra parte dos impactos, mas o peso das formas autoritárias de poder restringe o espaço de manobra acentuando a crise política e social.

As oscilações e crises das periferias na Ásia e América Latina seguem linhas diversas, mas com um resultado preciso de desmontagem de parte da máquina desenvolvimentista e do potencial interno de coordenação das condições de inserção internacional. A competição aberta sobrepasa a competitividade construída. O ritmo de circulação do capital é superior a qualquer capacidade de ordenamento sócio-espacial³, o tempo dos fluxos líquidos ultrapassa a capacidade de orientar racionalmente o mercado. Mas a crise dos sujeitos históricos e sociais da contemporaneidade não faz da racionalidade espontânea da alocação via o mercado o fator principal de orientação dos investidores. A autonomização dos fluxos financeiros combinada com as aberturas rompe qualquer esforço de estabilização, a via única da internacionalização subordinada se transforma de projeto defensivo do capital internacionalizado em capitalismo real desregulado. Nenhuma garantia nacional é suficiente para a dinâmica da nova mundialização, ao ponto do capital financeiro global autonomizado, ele mesmo, se propor a disciplinar os fluxos. Trata-se da solução “raposa tomando conta do galinheiro”.

³ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

Estado e Nova Dependência

O capital precisa de norma e Estado para garantir sua permanência e valorização no longo prazo. Enfraquecidos os Estados nacionais periféricos, aprofunda-se a capitulação de construção de qualquer mecanismo regulador, até mesmo tecnocratas formuladores são substituídos por operadores de mercado. Para algumas análises, o processo de globalização aponta para lógicas imperiais ou articulações geopolíticas de novo tipo, às quais caberiam respostas no plano internacional. Mesmo admitindo que não existe reposta baseada num retrocesso ao nacionalismo, cabe interrogar se interessa um abandono pelas periferias e semi-periferias do recurso ao espaço sócio-político nacional. A questão nacional deixa de ter qualquer sentido para os oprimidos do mundo?

O mercado financeiro só confia nos seus pares, mas a dúvida é se a raposa vai tomar conta do galinheiro ou se vai acabar com a produção da granja. Esse dilema, que aprisiona as economias nacionais, aponta para uma desterritorialização perversa, desigual e por descartabilidade, 50% dos mexicanos e 90% dos russos já sabem disso, fora tailandeses, coreanos, etc. Para não falar da nova desigualdade nos países do norte, nas ameaças sobre a economia chinesa e na crise japonesa. A euforia do Euro ou a dinâmica da locomotiva econômica norte-americana não parecem oferecer nenhuma perspectiva otimista para sustentar um Império global com uma estrutura reguladora de funcionamento, o que não significa dizer que a lógica imperial(ista) tenha se retirado da dinâmica das ações de estados e empresas.

O imperialismo renasce como categoria analítica na dinâmica do capitalismo global pós-nacional. Nessa era de incertezas, que se abre no final do século, os sistemas econômicos dotados de gigantesca capacidade técnico-produtiva interagem em cenários que combinam desterritorialização e reterritorialização. O fato de termos ilhas de modernização nas diferentes periferias e territórios/ guetos de pobreza nas regiões da tríade dominante

não impede que uma nova dependência seja a tendência mais envolvente para os elos e territórios mais débeis da nova divisão econômico-espacial das cadeias e interdependências da produção capitalista na era informacional. O discurso e a prática de fluidificação dos fluxos do capital aproveitam o potencial disciplinador dos Estados nacionais ao mesmo tempo que os negam e os desestruturam: as fronteiras caem ao mesmo tempo que novos muros são construídos. As cercas que dividem o dentro e o fora recortam fronteiras e protegem redes exteriores ao espaço de controle e comando dos poderes nacionais. Mas o jogo do poder que estrutura uma nova ordem desregulamentada e fluida para o novo modo de desenvolvimento do capitalismo utiliza o Estado nacional como o principal instrumento de reordenamento das relações. A crise da centralidade do trabalho e o impulso econômico da nova era acabam levando a um aguçamento da crise política. O Estado nacional, permenado pelas novas alianças e disputas globais, tende a condensar muitos dos conflitos, mesmo que esteja sendo reduzido ao papel de simples “guarda-noturno” do capital.

O QUE MUITAS VEZES CARACTERIZA A DIFERENÇA ENTRE BENEFICIAR-SE OU SER EXCLUÍDO DA PROSPERIDADE SÃO AS POLÍTICAS QUE OS ESTADOS, QUANDO POSSÍVEL, ELEGEM EM FACE DO PRÓPRIO PROCESSO MUNDIAL

Para o projeto neoliberal de globalização periférica, a questão nacional é um mito sem sentido, no máximo um resquício da cultura que resiste residualmente na língua. A reconstrução do vocabulário e da gramática política brasileiros criou uma lógica comunicacional e simbólica que pretende desmistificar a questão nacional como um truque. Os efeitos desse projeto de inscrever um novo credo

na cultura coletiva através dos padrões da cultura mídia intensiva alcançaram um efeito prático no estilo e na autoridade política do governo. O capital político brasileiro se torna matéria técnica, organizada pelos operadores funcionais das políticas globais, numa simbologia abstrata cujo vocabulário quantifica e qualifica realidades que são suporte dos fluxos globais. O comentarista e o analista político são quadros do sistema e das agências, onde o processo decisório espelha as opções de operadores de comando de redes e fluxos.

Mito e Estrutura da Formação Nacional

Os mitos nacionais que simbolizavam o sentido de pertencimento coletivo e estabeleciam os nexos entre os de cima e os de baixo foram rompidos. Falar um pouco da ruptura tecnocrática, e da sua forma de desmistificação da idéia de Brasil, assim como das reformas funcionais à nova fluidez da economia mundo capitalista, é apontar para um risco de destruição de mediações simbólicas e políticas, que podem levar ao paroxismo os efeitos do processo de abertura. Os riscos da globalização gerar destruição e fragmentação

são ainda maiores na periferia capitalista, porque nesta confundem-se a transição de paradigma no modo de desenvolvimento com o retrocesso ao mito de uma economia-mundo aberta. Ao contrário de fazer avançar o capitalismo brasileiro na direção de uma suposta pós-modernidade, caminhamos para formas crescentemente pré-modernas de ordenamento da vida social, ao ponto de reavivarmos o fantasma do colonialismo sob a égide de um novo império.

Darcy Ribeiro já tratou da problemática mitológica que embasa a construção da nacionalidade e da dificuldade de construção da identidade própria aos povos que não podem se mirar numa genealogia. Povos carentes de referências ou testemunhos possuem dificuldade própria para se mirar como nação, e essa carência juvenil da história nasce da espoliação colonial que marca a formação social da América Portuguesa. Abertos na perspectiva da sua novidade, carentes na fragilidade de sua construção, só nos restaria a identidade múltipla, a fusão e a mestiçagem. Isto é, a construção de um mito que se projete enquanto utopia. Nascidos da tragédia histórica de povos eliminados e desenraizados, unificados no território da dominação ocidental ibérica,



acabamos por ser destinados ao futuro, condenados a produzir um sentido. Condenados a adotar uma tradição⁴ desde fora da história (enquanto continuidade) por dentro da historicidade dos povos que se fazem nação no ambiente mesclado e mestiço da indo-afro-ibéria do sul da América. Americanos de um tipo especial, estamos condenados a nos definir na especificidade de nosso destino de povo jovem pela mobilidade territorial, pela diversidade étnica, pela síntese e sincretismo ético-cultural e ético-político. Nosso mito foi o da grandeza territorial, permeada pela harmonia racial e animado pelo desejo de ocidentalização como exige nossa origem colada na economia-mundo da era moderna.

Já para Florestan Fernandes, é a vontade racionalizadora da ligação entre fazendeiros e comerciantes, que nos faz uma periferia capitalista com sua lógica própria e dinamismo de revolução burguesa, com um desenvolvimento autoritário da estrutura dependente. O movimento de constituição estrutural da ordem burguesa, racionalizado pela ligação com a modernidade da interiorização da dinâmica do capitalismo, encontra tradução na subjetividade de uma direção de classe, que se faz revolução na periferia por força da ruptura e reconstrução da identidade nacional no pacto da descolonização subalterna. O capitalismo nacional se faz autônomo por dar corpo a um projeto específico de construção social e encontra seus limites na estrutura mundial da divisão do trabalho, mas seu comprometimento com a modernidade faz do caráter inconcluso da revolução democrática o tema por excelência de nossa modernidade tardio-periféria. Estamos condenados ao dinamismo sócio-produtivo da racionalidade capitalista da periferia moderna, portanto, avançamos inexoravelmente para os conflitos próprios das sociedades complexas. A dialética revolução e contra-revolução interage com os diferentes momentos do processo de acumulação capitalista, os mitos aparecem como mistificação.

Para Celso Furtado, o dinamismo entre a face interna e a externa do capitalismo brasileiro interliga-se ao processo estruturador da dialética centro-

periferia. Esse dinamismo força a construção de uma superestrutura de sustentação do projeto de subordinação na ordem internacional, embasado na origem agro-exportadora de nossas elites. A burguesia e a classe média incorporaram, no movimento do desenvolvimento do subdesenvolvimento, o comportamento mimético das elites coloniais. A face superestrutural da acumulação do capital se traduz nos movimentos sempre retomados de identificação com os mitos dominantes nas economias e movimentos organizacionais do capitalismo avançado. O centro cíclico interno de acumulação segue uma lógica que unifica consumo ostentatório no topo da sociedade com socialização das perdas para os de baixo na sociedade.

A carência seminal do drama de origem escravocrata colonialista, a racionalidade organizacional da empresa capitalista e o mimetismo no comportamento das elites brasileiras permitem, uma vez formulados, a construção teórica da análise crítica da mitologia nacional. O debate sobre a noção de revolução sem revolução, de revolução pelo alto, de revolução pela via prussiana, ou de revolução passiva, aponta para a implicação dessa questão na mitologia política brasileira, na construção da tradição do modo de ser ocidentalizado que sustenta o modo patrimonialista de governar e sua superestrutura jurídico-autoritária. A privatização do Estado, que instrumentalizou as formas de governar dos diferentes blocos e coalizões governamentais, corresponderam princípios de legitimidade apoiados em estilos de produção e reprodução de uma ideologia que definia nosso nexo de identidade e diferença enquanto nação em desenvolvimento. O desenvolvimentismo atualizou a mitologia brasileira da grandeza nacional mesmo que transmutando-se conforme os novos contextos situacionais que atualizavam a perspectiva do processo de modernização. A mitologia brasileira da grandeza nacional e sua ligação com a criação de algumas referências de sentido como

⁴ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.



as do binômio territorial-imperial se traduziram como um estilo de conciliação pelo alto e autoritarismo para os de baixo. Mas o movimento de desenvolvimento desigual abria espaços de mobilidade na cidadania hierarquizada. Integração e exclusão seguiram uma dinâmica limitada pela acumulação política que nivelava os termos de redistribuição do excedente por cima e de clientelismo para baixo. O desenvolvimento associado da periferia semi-industrial brasileira se relacionava com uma mitologia que permeava os diferentes projetos que animavam e disputavam o ideal modernizador. Oposições e situações partiam de construções de sentido político que ocupavam uma mesma estrutura, ou língua de fundo, baseada na noção de mobilidade e no uso do grau de autonomia relativa que o contexto periférico permitia.

Modernização e Crise do Desenvolvimento

A crise da modernização brasileira, que combina aguçamento do conflito redistributivo internamente com o cenário competitivo do capitalismo desde a década de setenta, produziu um efeito de ruptura com a estrutura da mitologia do destino nacional de grandeza. Pelo lado da crítica democrática radical e pelo lado da crítica neoliberal, o processo de democratização definiu um novo contexto situacional. A questão estratégica da disputa de projetos parte de uma mesma impressão de incertezas quanto ao futuro, a descontinuidade passa a ser um indicador relevante. Uma crise de futuro se instala na estrutura imaginária, cujo magma passa a ser abalado pela desarticulação do modelo de desenvol-

vimento concomitante a uma perda de substância do modo político de transição por conciliação ou pelo alto. A dinâmica de aprofundamento da revolução democrática dentro da ordem esbarra nos limites da transição por conciliação, mas não pode avançar na linha de ruptura contra a ordem, sob pena de perder suas conquistas. A dinâmica de desenvolvimento associado não encontra mais espaço pela via do endividamento e o país recusa uma nova via de mudança orientada pelo alto.

O empate político entre esquerda e direita nascido da crise da Nova República, e a implosão da sua coalizão de centro nos coloca fora da órbita de uma cidadania regulada nos termos clássicos da mobilidade sócio-territorial brasileira. Os mitos são abalados na sua estrutura na medida em que deixam de existir vantagens comparativas espúrias baseadas no sentido simbólico e material conferido ao quadro nacional. Esse abalo se projeta como crise do Estado, rebate sobre o arcabouço de direitos e abala a matriz produtiva. A estrutura material produtiva e a ossatura do Estado perdem a centralidade no comando da interface entre a dinâmica interna e a externa, a base institucional do compromisso da transição se inviabiliza, e a sociedade brasileira se vê atravessada pela crise de valorização do capital, enquanto crise do regime de acumulação e das suas formas institucionais contratuais. O cisma dos laços sociais orgânicos e da cidadania regulada se projetam na enorme crise da norma e nas proporções do conflito quanto ao padrão distributivo para os de cima e com os de baixo.

Informalizado e precarizado o mundo econômico-social passa a estar ligado pela esfera comunicativa de massas e pelos novos modos de

reprodução social globalizados. A vida cotidiana financeirizada passa a refletir, na crise do modelo regulado do desenvolvimentismo, as forças centrífugas e centrípetas da disputa do padrão de medida e proporção quantitativa e qualitativa. A questão da soberania do Estado se traduz na questão da moeda. A crise inflacionária e o endividamento financeiro passam a expressar, na sua forma fetichizada, uma nova estrutura simbólico-mitológica. A via única neoliberal coloca todos os compromissos institucionais e as normas reguladoras da superestrutura jurídico-política como expressão de demandas corporativas. Os direitos universais são epitetados como sendo interesse particular de minorias e os caminhos regulados da hierarquia desigual e seletiva são eliminados ou precarizados. O Estado e o direito são expressão de bloqueios e não mais um meio de acesso ao processo de integração social e material aos requisitos da vida civilizada moderna. O ocidente periférico brasileiro é posto sob o signo do atraso em relação ao Ocidente Real da globalização. O espaço nacional é posto como mediação simbólica que entrava a unificação e homogeneização dos fluxos dinâmicos do capital globalizado.

A crise de financiamento da economia brasileira só pode ser solucionada pela mudança do paradigma do patrimônio imóvel do território e seus habitantes para o paradigma móvel da liberdade de circulação dos novos ativos imateriais. O referencial de país em desenvolvimento é metamorfoseado para um novo ideal de economia de mercado emergente, por ser espaço para novos negócios da China. Na mesma hora em que os economistas e economias do norte querem regular os fluxos do capital financeiro internacionalizado, nos oferecemos como base de sustentação do mito tradicional do *laissez-faire*, *laissez-passer*. A destruição do desenvolvimento orientado pelo Estado mina as bases de legitimação do Estado na periferia, o mito da grandeza brasileira perde funcionalidade diante da adesão ao ciclo financeiro do Império do capitalismo pós-nacional.

As bases de regulação e norma da vida social se abalam com a perda da centralidade do trabalho e a ausência do controle político sobre a economia. A produção de sentido de má-consciência que ligava um estilo mimético a uma autoridade nacional autônoma para dentro é substituída pela retórica da via única de um Ocidente mitológico ordenado pela mão invisível. Os símbolos e índices da nova soberania monetarista são construídos como sustentáculo da nova verdade. Os magos da economia fazem-se desmistificadores da magia através de um novo fetichismo operado de forma direta pelos agentes da financeirização.

A nação aparece como desfuncional na configuração do novo espaço político do capital. De espaço mitológico para operar uma imagem de defesa e ocupação do território, de espaço para agenciar a mobilização das forças produtivas na ótica do desenvolvimento urbano-industrial, reduz-se, no imaginário neoliberal, a operar políticas de atratividade para o capital internacional. O Estado passa a ser concebido como uma agência facilitadora e animadora dos processos que garantem os fluxos internacionais. Os mitos brasileiros são desconstruídos pela via mimética e fetichista do projeto de ruptura com a questão nacional como problema estruturador da estratégia do Estado. Mas a forma de quebra das ilusões do desenvolvimento independente e autônomo acaba por bloquear até mesmo a hipótese de desenvolvimento associado, pois que já não se sujeita nos processos normativos internos, ou na mediação dos jogos de força que estruturam o comando oligárquico da vida pública brasileira. A reforma permanente da estrutura jurídico-política e do pacto constitucional de 1988, ao desestruturar as bases da velha mitologia nacional, de roldão promove uma destruição das bases materiais do tecido sócio-produtivo. O pacto constituinte, construído na perspectiva da democratização pela lógica da ampliação do Estado, amparado na sociedade civil, do capitalismo industrial-urbano, vai sendo desmontado.



O Projeto Político do Novo Federalismo

Apesar de todos os temores relativos a uma perspectiva nacionalista que não guarda mais relação com a estrutura do modo de produção capitalista no novo contexto global, que já exige uma interatividade entre sujeitos políticos no plano internacional, a mediação nacional tem no Estado o centro da operação política. A arte de governar os processos de poder se organiza nas empresas e no Estado e tem nas formas monetizadas a expressão que define o valor dos diferentes ativos e meios produtivos. Um projeto político alternativo de caráter anti-capitalista ou pós-mercantil exige estratégias redistributivas e garantias de reformas estruturais que exigem um agente coletivo e sujeitos políticos que devem disputar a orientação da crise do Estado. Os países continentais, como o Brasil, que possuem um tecido sócio-produtivo complexo podem aproveitar as vantagens advindas do peso relativo do reordenamento dos processos e agenciamentos

que seu mercado interno permite. Esse processo exige uma perspectiva de resgate do capital político e simbólico da questão nacional, mesmo que seja para operar uma integração virtuosa no pós-nacional.

Na transição do capitalismo pós-nacional de fim de século, a questão nacional deixa de ser um mito impulsionador e coesionador e passa a ser uma peça no xadrez da construção de novas identidades. Mas, pelo andar da carruagem, se pensarmos a questão política do personagem chamado Brasil, ruim com ele, pior sem ele. A crise da Federação deve se traduzir num novo federalismo onde a integração dos povos possa ter seu lugar na contramão do predomínio dos fluxos financeirizados, aproveitando as possibilidades políticas das novas forças produtivas (virtuais, informacionais, comunicacionais) para redistribuir renda, trabalho e poder no território de um novo projeto que ainda precisa se chamar Brasil.

As oportunidades abertas pela crise cambial e pela mudança política com a eleição de governadores de oposição podem colocar na ordem do dia a exigência de uma alternativa de desenvolvimento que lance as bases de novas dinâmicas autônomas para a sociedade brasileira fundada na reconstrução de baixo para cima da federação brasileira. Os movimentos e conflitos sócio-ambientais locais, a luta pela terra, o combate ao desemprego dentro dos complexos produtivos e os experimentos de gestão participativa e democrática nas administrações populares serão o centro dessa construção. No centro e na periferia do capitalismo, o jogo e o desfecho da crise das formas políticas e simbólicas da dimensão nacional apontam para o debate sobre as federações como expressão política dos rearranjos de poder, que devem submeter a dinâmica financeira global aos espaços e arranjos políticos mediadores onde os sujeitos se constituem em comunidade e realizam possibilidades solidárias⁵.

⁵ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

Proposta Recomenda



Políticas de Saneamento Ambiental: inovações na perspectiva do controle social

IPPUR/UFRJ, FASE

Orgs.

Orlando Alves dos Santos Jr.

Ana Lúcia Britto

Hélio Ricardo Leite Porto

Este livro é um instrumento fundamental na ação dos movimentos populares, sindicais, organizações não governamentais, técnicos de prefeituras, governantes, pesquisadores e estudantes, comprometidos com a construção do direito à cidade e interessados na discussão da gestão ambiental no Brasil

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ

Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209